



Processo Bee : 45880/2021
Interessado : Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM
Assunto : Impugnação PE nº 013/2023

PARECER JURÍDICO Nº 120/2023 - CHEADV/ASSJURI

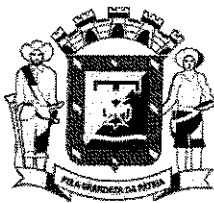
1 - Do relatório e dos fatos

Os autos foram remetidos a esta Chefia da Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, por meio do Despacho nº 467/2023 - GERPRE (andamento 142 - processo 45880/2), para, após o pronunciamento técnico da SMM, análise e manifestação jurídica sobre a impugnação apresentada pela empresa Eliseu Kopp & CIA Ltda., CNPJ nº 93.315.190/0001-17 (andamento 97 - processo 45880/2), em face de discordância com o Edital Pregão Eletrônico nº 013/2023 (andamento 87 - processo 45880/2).

De início, calha trazer para a análise o apontamento do item modalidade constante da capa do Edital (andamento 87 - processo 45880/2): “Em função da plataforma (Compras.gov.br) utilizada para a realização do certame não aceitar a republicação de editais com a mesma numeração, o pregão eletrônico nº 006/2023 foi renumerado conforme acima”; significando dizer, que o citado PE nº 013/2023 renumerou o PE para o nº 026/2023.

De relevante, tem-se que o Edital Pregão Eletrônico nº 013/2023, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.968/2008, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993, e demais legislações pertinentes, tem por objeto a “Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos novos e sem uso e de sistemas voltados à segurança global das vias sob circunscrição da Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.” (andamento 87 - processo 45880/2).

Dando continuidade, tem-se que a empresa impugnante insurge contra o edital em comento, quanto à ilegalidade com relação ao sincronismo do relógio dos equipamentos previstos nos subitens 6.1.10; 6.2.10 e 6.3.10 com o CCO, ao invés de sincronismo com a referência de tempo UTC conforme Portaria INMETRO nº 544/2014.



A empresa impugnante questionou ainda, acerca da aglutinação de equipamentos e sistemas em um único lote. Alega, ainda, que “aglutinar todos os tipos de equipamentos, sistemas e serviços descritos acima no LOTE 02, caracteriza uma grande diversidade de segmentos, visto que existem no mercado empresas especializadas em tipos específicos de equipamentos, sistemas e serviços.”

Por sua vez, em função da competência e atribuição regimental, a Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais - GERELA, mediante o Despacho nº 93/2023, em diligência, enviou os autos à Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM para manifestação técnica acerca da impugnação apresentada (andamento 106 - processo 45880/2).

E, por meio do Despacho nº 332/2023, a SMM, se posicionou tecnicamente sobre os questionamentos da impugnante (andamento 125 - processo 45880/2).

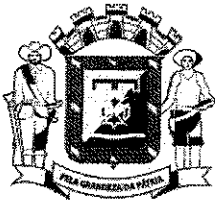
Ainda, se infere dos autos, via andamento 131 - processo 45880/2 de 18.05.2023, o Acórdão nº. 02486/2023 do TCMGO, de 25.04.2023 (processo nº. 09357/2022) que referendou a Medida Cautelar n. 001/2023, andamento 115, que determinou a suspensão do PE 013/2023, até ulterior manifestação do Tribunal, e ainda, a citação dos responsáveis para se manifestar a respeito das irregularidades denunciadas.

Vale ressaltar que a medida cautelar abarcou os seguintes itens:

1. *Exigência ilegal de apresentação de certidões dúplices de matriz e filial para a execução dos serviços;*
2. *Fracionamento do objeto da licitação em dois lotes;*
3. *Indefinição do quantitativo de faixas a serem fiscalizadas para cada tipo de tecnologia, intrusiva e não intrusiva.*

Enquanto que no Acórdão os pontos acima foram referendados, mas outros foram arrolados embora não façam parte da medida cautelar, a saber:

1. *Exigência de certidão negativa sem a possibilidade da juntada de certidões positivas com efeito de negativa;*
2. *Exigência ilegal de certidão negativa de recuperação judicial;*
3. *Exigência ilegal de apresentação de certidões dúplices de matriz e filial para a execução dos serviços;*
4. *Prazo ilegal para pagamento da contratada, em caso de inadimplência da administração;*



5. *Flagrante erro metodológico do edital, confusão clara entre locação e prestação de serviços, o que prejudica a precificação do objeto e dando ensejo a sobrepreço;*
6. *Exigência de característica e especificidade de equipamento com capacidade de capturar veículos trafegando de 10 Km/h e 280 Km/h, no mínimo;*
7. *Ausência de mapeamento e publicação dos locais de operação para o equipamento do tipo portátil;*
8. *Fracionamento do objeto da licitação em dois lotes;*
9. *Restrição à competitividade, ante a exigência de equipamentos novos;*
10. *Ilegalidade na exigência de carta do fabricante;*
11. *Ilegalidade na exigência de prova de conceito de um item de menor relevância;*
12. *Ausência de determinação de responsabilidade de custos ao fornecimento da sinalização vertical e horizontal.*

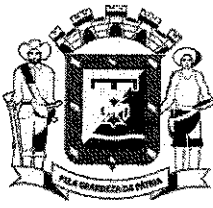
E, também, foram colacionados ao processo bee, andamento 127 - processo 45880/2, o ticket com resposta à cautelar de número 113168, constando o Ofício n.º. 308/2023/SMM, Despacho n.º. 127/2023 Diretoria Adm. da SMM, Ofício n.º. 53/2023/SEMAD, Despacho n.º. 261/2023 GERELA/SEMAD, e demais documentações probatórias;

Por sua vez, no andamento 128 - 45880/2, ticket ns.º. 113176 e 113168, constam o Ofício n.º. 54/2023/SEMAD, Despacho n.º. 278/2023 GERELA/SEMAD, Ofício n.º. 309/2023/SMM, e Despacho n.º. 128/2023 da Diretoria Administrativa da SMM e demais documentos.

Já no andamento 129 do citado processo, se encontra a medida cautelar n.º. 01/2023, de 20.04.2023; E, no andamento 130 do mesmo processo constam o ticket n.º. 116631, bem como o Ofício n.º. 449/2023/SMM, de 28.04.2023, Ofício n.º. 100/2023/SEMAD, de 28.04.2023, e demais documentações probatórias.

Cumpra aclarar que após as medidas determinadas pelo TCM/GO, o edital objeto de análise do citado Tribunal e das impugnações, foi adiado para o dia 23 de maio de 2023 para análise de impugnação, sendo renumerado para do número 018/2023¹.

¹ https://www10.goiania.go.gov.br/DadosINTER/PUBLIC/PREG%c3%83OELETR%c3%94NICO-SEMAD/2023/arc_3553318.pdf



Em seguida, o edital relançado foi adiado para o dia 16 de junho de 2023, para atender a recomendação do TCMGO, sendo renumerado para o Pregão 026/2023². Após, se verifica que foi anexado novo Termo de Referência, via andamento 137 do processo em análise, o qual se encontra subscrito pelos servidores responsáveis pela SMM e constando o “de acordo” do Secretário da SMM.

Ato contínuo, via andamento 138, foi anexado na data de 22.05.2023 pela SUPPLIC/SEMAD, o novo Edital de Licitação, ora renumerado para 026/2023, sendo remetido à Procuradoria -Geral do Município, via Despacho n°. 472/2023-GERELA (andamento 140), com as seguintes considerações e encaminhamento, a saber:

(...)

Considerando que os autos já foram submetidos à análise jurídica da Procuradoria Geral do Município, a qual se manifestou por meio do Parecer n° 1.237/2022 PGM/PEAA (and.110 subproc. 45880/1) em que opina favorável à realização do procedimento de licitação, desde que observadas às recomendações contidas naquele Parecer, que foram atendidas pela administração, conforme depreende-se do teor do Despacho n° 247/2022 e Despacho n° 379/2022/GERELA.

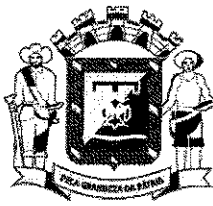
Considerando a Medida Cautelar n° 001/2023 e Acórdão n° 02486/2023 Tribunal Pleno do TCM-GO, bem como, que houveram mudanças no escopo do Termo de Referência para melhor definição do objeto e elementos necessários à sua perfeita contratação e execução.

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral do Município para apreciação dos autos e emissão de parecer referente à minuta do Edital apresentado.

Por fim, porém antes da emissão do Parecer da PGM/PEAA, sobre o “novo edital”, os autos foram remetidos, concomitante a esta setorial para análise da impugnação apresentada pela impugnante, datada de 19.04.2023 em relação ao antigo edital de n°. 013/2023, frente à justificava da GERELA/SEMAD de que, em que pese a pendência de análise jurídica da PGM sobre o novo edital, *inexiste óbice quanto a análise, pela Chefia da Advocacia Setorial, das impugnações referentes ao Edital n° 013/2023.*

Com efeito, é o que importa relatar, assim, passa-se à análise jurídica.

² https://www10.goiania.go.gov.br/DadosINTER/PUBLIC/PREG%c3%83OELETR%c3%94NICO-SEMAD/2023/arq_3676859.pdf



2 - Dos fundamentos do direito

2.1 - Da natureza jurídica do parecer e do princípio da legalidade

Ressalta-se que o exame do caso restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos da Impugnação do Edital Pregão Eletrônico nº 013/2023, apresentada pela empresa Eliseu Kopp & CIA Ltda., excluídos da análise os demais documentos acostados, cabendo a autoridade competente verificar se a documentação aqui exarada corresponde com a situação fática posteriormente apresentada.

Registra-se, ainda, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal, que o gestor público só pode realizar seus atos quando prescrito em lei, ou seja, no rigor da Legalidade, como expresso nas lições de Hely Lopes Meirelles, a saber:

A legalidade, como princípio de administração significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, como o caso. (LOPES, Meireles Hely. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 87).

Cumprido ressaltar, em que pese o encaminhamento a esta unidade jurídica pela GERELA, entende-se pela perda de objeto referente ao auxílio jurídico à Comissão de Licitação posto que já fora relançado e agora é objeto de retificação e, inclusive, pendente de análise da d. PGM.

Nesse sentido, importante considerar o seguinte:

- 1) a análise recairá tão somente sobre a impugnação apresentada naquela ocasião, com o fito exclusivo de auxiliar a Comissão de Licitação quanto as respostas às impugnantes, em especial por verificar que até o presente momento inexistem nos autos a citada resposta, e em razão do direito de petição aos órgãos públicos, dentre outros.
- 2) reitera-se que o objeto dos presentes autos se encontra pendente de análise conclusiva, tanto pelo próprio Tribunal, cuja análise até então constante no



bojo dos autos foi em sede de cautelar, bem como da d. PGM, frente ao novo edital a ser lançado.

- 3) orienta-se, com fundamento legal das atribuições desta setorial, por intermédio de seus membros, de assessoramento jurídico à dita Comissão, que nos próximos procedimentos não constem pendências de análises em outros locais, a fim de evitar um subaproveitamento da mão de obra desta unidade. Neste caso, a exemplo, há pendência de análise jurídica do órgão de assessoramento máximo deste município, frente ao novo edital que será lançado, cujas disposições podem impactar em qualquer análise efetuada nesta ocasião.
- 4) algumas considerações pontuais serão realizadas em sede de diligências, para evitar análises jurídicas controversas ou mesmo confusão aos interessados em participar da licitação em estudo.

Ressalte-se, ainda, que em que pese inexistir óbice legal para a presente análise consoante exposto pela GERELA/SEMAD, e considerando o acima exposto, se entende por oportuno a necessária pertinência administrativa da análise nos moldes em que se encontram o presente procedimento, vez que existem pendências a serem saneadas, além da perda de objeto das impugnações ao edital n. 013/2023 em razão dos atos administrativos posteriores que se referem à alteração do edital, e pendentes de análises da PGM e do TCMGO.

Inobstante a isso, em atenção ao artigo 6º do Decreto nº 2.955, de 01 de julho de 2022, e conforme previsão do artigo 12, incisos V e VI, do Decreto nº 131, de 12 de janeiro de 2021 - Regimento da SEMAD, passa-se a análise.

2.2 - Da Tempestividade

Da análise do Pregão Eletrônico nº 013/2023 constata-se no item 10.1, que: “Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico ou via protocolo, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, apresentando a peça impugnatória no endereço discriminado no subitem 18.16 deste Edital”.

Nessa esteira, tem-se registrado na capa do Edital (andamento 87 - processo 45880/2), que a data para ocorrência da sessão pública de abertura do certame editalício seria



no dia **25 de abril de 2023**, as 09:00h - Horário de Brasília/DF, sendo, que, referido certame foi adiado para o dia 23 de maio de 2023, às 09:00hs, em razão Medida Cautelar nº 001/2023-TCMGO(andamento 129 – processo 45880/2), proveniente do Processo nº 09357/2022, exarada pelo Conselheiro Francisco José Ramos, da qual fomos notificados na data de 24 de abril de 2023, via e-mail.

E, ainda, que a peça impugnatória foi encaminhada por mensagem eletrônica na quarta-feira, dia 19 de abril de 2023, as 9:43h (andamento 97 - processo 45880/2). Portanto, restou comprovado que foi respeitado pela impugnante o prazo editalício legal para apresentação de impugnação, sendo ela dotada de tempestividade.

2.3 - Das competências da SEMAD e da SMM em razão do certame

Em razão do aspecto técnico da matéria a analisar, registra-se sobre as delimitações de competências impostas aos órgãos e unidades setoriais que compõem a estrutura administrativa deste Município, que se dá em observância ao princípio da segregação de funções, a seguir, disposto, de forma concisa.

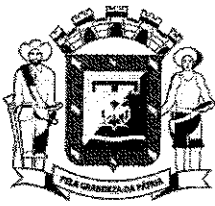
A Lei Complementar Municipal nº 335/2021, em seu artigo 40, inciso IV e parágrafo único dispõe, *in verbis*:

Art. 40. À Secretaria Municipal de Administração compete, dentre outras atribuições regimentais:

(...)

IV - a orientação e estabelecimento de normas e procedimentos no tocante às compras e suprimentos de bens e serviços e contratações de obras e locações mediante a descentralização dos processos licitatórios para os órgãos e entidades da Administração Municipal;

Parágrafo único. Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal realizar, por ato próprio, a instalação de Comissões de Licitação e a **descentralização dos procedimentos licitatórios nos demais órgãos e entidades da Administração Municipal, conforme conveniência e interesse público**, observadas as orientações, procedimentos e normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração. (g.n.)



Por seu lado, o Decreto Municipal nº 131/2021 estabelece as finalidades e as competências da SEMAD destacando-se a de orientar e estabelecer normas e procedimentos, de forma descentralizada para os órgãos e entidades da Administração Municipal, nos processos licitatórios para as compras e suprimentos de bens e serviços de contratações de obras e locações, (inciso IV, do art. 4º).

Por sua vez, a citada Lei Complementar nº 335/2021 nos traz as competências da Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM, e, no artigo 45, dentre outras atribuições técnicas regimentais, destacamos: i) as atividades de mobilidade e engenharia de trânsito, o trato dos problemas de planejamento, operação e controle de tráfego, tendo como objetivo proporcionar mobilidade sustentável e inclusiva; ii) a execução de ações e procedimentos de mobilidade, fiscalização, engenharia, sinalização e a coleta de dados estatísticos de trânsito, competindo-lhe, ainda, a aplicação de penalidades e outras medidas administrativas visando à punição de infratores, e, iii) a gestão e o planejamento da mobilidade urbana no Município de Goiânia (incisos I, VI e X, do art. 45).

Assim, da leitura das normas legais supracitadas e em obediência aos princípios basilares que norteiam os atos públicos, especialmente o princípio da segregação de funções, tem-se que a SMM, enquanto órgão técnico responsável pela gestão das atividades de mobilidade, de engenharia de trânsito, do trato dos problemas de planejamento, de operação e controle de tráfego, autorizou a contratação e, por consequência, elaborou o Termo de Referência. E, após, à vista da competência da SEMAD, submeteu o procedimento para esta pasta seguir o feito, com a execução dos atos subsequentes do certame editalício.

Portanto, a SMM, enquanto órgão técnico gestor do planejamento da mobilidade urbana no Município é o único que compete manifestar sobre o interesse na aquisição do objeto do certame em comento, bem como pela manifestação e posicionamento técnico em incidindo questionamento quanto a possíveis imprecisões ou dúvidas quanto ao edital do Pregão Eletrônico nº 013/2023, no caso, pela apresentação da Impugnação.

Ainda, é preciso aclarar que esta Pasta de Administração não detém no seu quadro de Recursos Humanos profissionais técnicos competentes regimentalmente para analisar as especificações do objeto ora licitado, o que, por consequência, refoge a pertinente análise técnica aos itens apresentados na citada Impugnação. Por tal motivo, a Gerência de



Pregões - GERPRE encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM, para manifestação técnica acerca da impugnação apresentada pela licitante.

Significando dizer, portanto, quanto ao mérito técnico da Impugnação, que deve se observar a prevalência, neste aspecto, do entendimento esboçado pela unidade técnica da Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM (andamento 125 - processo 45880/2), conforme expresso no artigo 51, § 1º, da Lei Municipal nº 9.861/2016 que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, *ipsis litteris*:

Art. 51. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

(...)

§ 1º - A **motivação** deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em **declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.** (g.n.).

Diante disso, considerando o posicionamento técnico da SMM, passa-se à análise do mérito quanto aos itens questionados em impugnação.

2.4 - Do mérito da impugnação apresentada

A Impugnante insurge contra o Termo de Referência do Edital, questionando os itens 6.1.10, 6.2.10 e 6.3.10 quanto à ilegalidade na fórmula de composição do BDI, e, em suma, alega:

1 – quanto a ilegalidade dos itens 6.1.10, 6.2.10 e 6.3.10 do Edital, sendo necessário fazer a análise da Portaria INMETRO Nº 544/2014, cuja normativa é responsável pela regulamentação técnica de Medidores de Velocidade de Veículos Automotores;

2 – que aglutinar todos os tipos de equipamentos, sistemas e serviços descritos acima no LOTE 02, caracteriza uma grande diversidade de segmentos, visto que existem no mercado empresas especializadas em tipos específicos de equipamentos, sistemas e serviços, que a divisão de lotes no objeto em tela é a prática de mercado utilizada por vários órgãos, tanto Municipais, estaduais e Federais.



Ainda, transcreve exemplos de editais de pregões da GOINFRA/GO e da BHTRANS, com os objetos constantes no lote 02, separados em vários lotes.

E, ao final requereu: a devida retificação do presente certame, com o fim de desfazer a ilegalidade prevista no Termo de Referência, com base no ordenamento jurídico vigente; desfazer a aglutinação do objeto, a fim de propiciar a ampla concorrência. E, por fim, em via de consequência, seja reaberto na íntegra o prazo para abertura das propostas, e alteração dos lotes em razão da suspensão do certame.

2.5 - Da manifestação técnica da SMM e análise jurídica

Por sua vez, a SMM, se manifestou quanto aos questionamentos da impugnante, a saber:

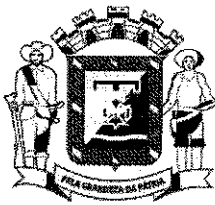
- 1) “Da ilegalidade prevista no Termo de Referência: Ilegalidade quanto ao sincronismo do relógio dos equipamentos previstos nos subitens 6.1.10; 6.2.10 e 6.3.10 estejam sincronizados com o CCO, ao invés de sincronismo com a referência de tempo UTC conforme Portaria INMETRO nº 544/2014.

Questionamento sem nexos, pois qualquer servidor possui como referência um servidor NTP. Infere-se que o NTP é um protocolo para sincronização dos relógios dos computadores, ou seja, ele define um jeito para um grupo de computadores conversar entre si e acertar seus relógios, baseados em alguma fonte precisa de tempo.

- 2) Da Aglutinação de equipamentos e sistemas em um único lote: “(...) aglutinar todos os tipos de equipamentos, sistemas e serviços descritos acima no LOTE 02, caracteriza uma grande diversidade de segmentos, visto que existem no mercado empresas especializadas em Jpos específicos de equipamentos, sistemas e serviços. (...) criase um terceiro lote para abarcar apenas os itens 6, 7, e 8 da planilha do lote 02 (...)”

Informamos que o Termo de Referência está sob análise e ajustes quanto sua organização e divisão dos lotes.”

Nestes termos, a par de todo o exposto acima, e considerando o disposto no artigo 51, § 1º, da Lei Municipal nº 9.861/2016, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, deve, no caso em análise, prevalecer o



posicionamento técnico da unidade técnica da SMM, face a competência regimental, conhecimento técnico, especialmente diante da complexidade da matéria, e, ainda, por se tratar de órgão responsável pela elaboração do Termo de Referência.

No tocante ao item 2, importante esclarecer que, segundo informado pelo órgão demandante, o Termo de Referência encontra-se sob análise e em ajustes quanto a divisão de lotes, portanto este aspecto caberá à GERELA, tendo em vista sua competência legítima, em realizar a análise e mudanças no edital do certame.

Inobstante a isso, tem-se que o TCM/GO emitiu a Medida Cautelar nº 001/2023, que promoveu a suspensão do Pregão Eletrônico n. 013/2023. O referido certame foi adiado para o dia 23 de maio de 2023, às 09:00hs, em razão da Medida Cautelar retro mencionada (andamento 129 – processo 45880/2), proveniente do Processo nº 09357/2022, exarada pelo Conselheiro Francisco José Ramos, da qual fomos notificados na data de 24 de abril de 2023, via e-mail.

Tem-se que a Medida Cautelar nº 001/2023 se manifestou acerca do fracionamento do objeto da licitação em dois lotes, nos seguintes moldes:

“É importante ressaltar no que se refere à divisão do objeto em lotes/itens, o §1º do art. 23 da Lei n. 8.666/93 que determina o parcelamento das obras, serviços e compras como regra a ser adotada nas licitações, nos seguintes termos:

Art. 23. (...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O Tribunal de Contas da União, mediante a Súmula 247, mantém a necessidade de divisão, no entanto, apresenta condições de exceção à regra de divisão do objeto, conforme segue:

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



A Secretaria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia destaca que em uma licitação, o agrupamento deve ser visto como alternativa excepcional e dependerá de justificativa apta a comprovar a sua vantajosidade e a economia de escala, uma vez que o parcelamento do objeto é medida que se impõe como regra geral e visa ampliar a disputa nos certames envolvendo diversos itens. Verifico, contudo, que a administração pública municipal não apresentou motivação técnica para que o CCO, o CAV, o Sistema de Cercamento Eletrônico e o Sistema de Gestão de Mobilidade, Trânsito e Segurança não possam ser licitados em um único lote à parte, separado dos equipamentos de campo (radares).”

Portanto, necessário se faz a manifestação do órgão técnico para a motivação técnica para que o CCO, o CAV, o Sistema de Cercamento Eletrônico e o Sistema de Gestão de Mobilidade, Trânsito e Segurança não possam ser licitados em um único lote à parte, em atendimento à Medida Cautelar expedida pelo TCM/GO. E, cuja novas disposições editais ainda se encontram pendente de análise da d. PGM.

Por outro lado, depreende-se pela perda do objeto quanto a este quesito vez que de modo expreso o órgão demandante afirma que *o Termo de Referência está sob análise e ajustes quanto sua organização e divisão dos lotes.*

Ainda, e não menos importante, consoante se infere da documentação colacionada aos autos do processo bee e dito alhures, que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCMGO, conheceu a representação da denúncia e referendou a Medida Cautelar nº 0001/2023, mediante Acórdão nº. 02486/2023 do TCMGO, de 25.04.2023, no qual determinou a imediata suspensão do PE 013/2023, **até ulterior manifestação do Tribunal**, e que os responsáveis *tomem ciência da Denúncia e se manifestem a respeito das seguintes irregularidades denunciadas: 2.1. Exigência de certidão negativa sem a possibilidade da juntada de certidões positivas com efeito de negativa; 2.2. Exigência ilegal de certidão negativa de recuperação judicial; 2.3. Exigência ilegal de apresentação de certidões dúplices de matriz e filial para a execução dos serviços; 2.4. Prazo ilegal para pagamento da contratada, em caso de inadimplência da administração; 2.5. Flagrante erro metodológico do edital, confusão clara entre locação e prestação de serviços, o que prejudica a precificação do objeto e dando ensejo a sobrepreço; 2.6. Exigência de característica e especificidade de equipamento com capacidade de capturar veículos trafegando de 10 Km/h e 280 Km/h, no mínimo; 2.7. Ausência de mapeamento e publicação*



dos locais de operação para o equipamento do tipo portátil; 2.8. Fracionamento do objeto da licitação em dois lotes; 2.9. Restrição à competitividade, ante a exigência de equipamentos novos; 2.10. Ilegalidade na exigência de carta do fabricante; 2.11. Ilegalidade na exigência de prova de conceito de um item de menor relevância; 2.12. Ausência de determinação de responsabilidade de custos ao fornecimento da sinalização vertical e horizontal.

Assim, tendo em vista que a manifestação do Tribunal de Contas é de juízo de cognição sumária, em sede de exame não exauriente, e que de modo expresso referendou a suspensão do certame **ATÉ POSTERIOR MANIFESTAÇÃO**, assim, é de entendimento desta setorial que os setores técnicos competentes, devem analisar com acuidade tal aspecto, e demais pontos relacionados como irregularidades, de modo que se permanecer tais disposições devam ser devidamente circunstanciadas no procedimento e que aguarde a análise do Tribunal para lançar o novo edital.

Ressalva-se, ainda, a necessária atenção da CGL em relação aos demais termos acima descritos para fins de prosseguimento ao feito.

3 -Da conclusão da análise jurídica

Por todo o exposto e desenvolvido no presente parecer, e considerando a veracidade presumida dos documentos e a legitimidade dos seus signatários, em especial que a manifestação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Mobilidade - SMM (andamento 125 - processo 45880/2) guarda pertinência técnica administrativa, esta Chefia da Advocacia Setorial **conclui pelo conhecimento e recebimento da impugnação, porque se trata de ato tempestivo, opinando no mérito pela improcedência do item 1 ora impugnado, nos termos da fundamentação supracitada; e, em relação ao item 2 pela procedência parcial à vista da perda do objeto quando a administração optou por lançar atos referentes à reformulação do edital do citado item, ora justificado pela SMM e verificado nos autos em tela.**

Importante ressaltar que as disposições contidas no item 3 devem ser observadas pela Comissão para fins de prosseguimento dos procedimentos relativos ao edital cujo objeto está sendo objeto de análise do TCMGO.



Cumpra-se observar que o “parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa”. (DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**, 13ª ed., Malheiros, 2001, p. 377).

É o Parecer meramente opinativo, sem efeitos vinculantes, cuja atuação desta setorial está adstrita à disposição contida no artigo 6º do Decreto nº. 2.955, de 1º de julho de 2022, cabendo, portanto, à CGL a devida tomada de decisão em relação aos itens ora impugnados.

À SUPPLIC a/c Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais - GERELA e/ou Gerência de Pregões/Pregoeiro, para sequenciamento do feito.

CHEFIA DA ADVOCACIA SETORIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, aos 31 dias do mês de maio do ano de 2023.

Karina Mendonça Martins
Apoio Técnico Administrativo

Ana Paula Custódio Carneiro
Chefe da Advocacia Setorial
OAB/GO nº 32.802